

10 Conclusão

“As Guerras Culturais Estão Mortas: Viva as Guerras Culturais!” “Faça a América Grande Novamente.”

O slogan da campanha de Donald Trump, exibido em bonés e camisetas ou estampado em cartazes em comícios barulhentos por toda a paisagem dos estados vermelhos, evoca a crença fervorosa entre muitos americanos de que a nação não é mais deles. Era uma vez, o slogan habilmente implica, as coisas na América faziam sentido: o certo e o errado eram distinguíveis, o trabalho duro era recompensado, as pessoas respeitavam a autoridade e o amor ao país era amplamente compartilhado, assim como a fé em Deus. Mas esta América familiar — esta América normativa — agora parece

de cabeça para baixo aos olhos de milhões de cidadãos da nação.¹ Claro, não é coincidência que o poder retórico de “Make America Great Again” tenha atingido o pico no final dos oito anos de Barack Hussein Obama na Casa Branca. Nada sinaliza declínio para os fiéis de Trump como um presidente negro com um nome muçulmano. Além de seu apelo atual, no entanto, “Make America Great Again” fala sobre a narrativa corrente de declínio que definiu atitudes culturais conservadoras desde a década de 1960. É, no fundo, um chamado nostálgico para reviver e restaurar a América ordeira, disciplinada e respeitadora da autoridade que supostamente se manteve firme antes que os movimentos sociais dos anos 60 dotassem pessoas de cor, mulheres, gays e lésbicas, imigrantes e outros aparentemente estranhos e personagens marginais com o privilégio de se autodenominarem americanos. Dessa forma, o slogan multivalente de Trump marca apenas o mais recente reduto nas guerras culturais que polarizaram os Estados Unidos por décadas. Trump e seus apoiadores estão dando nova vida à venerável tradição de direita de reclamar que a nação foi para o inferno durante a Era de Aquário. Aqueles da esquerda, por outro lado, tendem a ver a vida americana através dos olhos daqueles “outros” cuja própria existência desafia a América da imaginação restrita de Trump. Como este livro deixa bem claro, essas têm sido as linhas divisórias nas guerras culturais há muito tempo. A ascensão de Trump à Casa Branca parece indicar que as guerras culturais perduram. Nos anos anteriores à improvável vitória de Trump, muitos observadores — inclusive eu — previram que as guerras culturais estavam morrendo. Na conclusão da primeira edição deste livro, que foi publicada em 2015, argumentei que a lógica das guerras culturais havia se esgotado e que a metáfora havia seguido seu curso. Esta previsão não foi o produto de nenhuma ingenuidade profundamente arraigada da minha parte. Nenhum historiador que se preze poderia fingir acreditar que os americanos chegaram a um consenso pacífico sobre as questões que polarizaram a nação desde a década de 1960: aborto, ação afirmativa, arte controversa e censura, evolução, feminismo, direitos gays, multiculturalismo, padrões de história nacional, pornografia, oração escolar e educação sexual, para citar apenas algumas. O conflito cultural persistiria, argumentei, como tem acontecido ao longo da história americana. Mas também sugeri que esse conflito estava sendo travado em um registro diferente, moldado pelas interrupções cada vez mais intensas que o neoliberalismo vem causando na vida americana. A ascensão de Trump certamente complica esse prognóstico — mas é prematuro sugerir que ele também o derrubou. Em vez disso, podemos ter uma noção mais firme do estado das novas guerras culturais milenares da América fazendo perguntas que vão além de Trump como líder ou do Trumpismo como um social.

movimento. Pode muito bem ser, por exemplo, que em vez das tradicionais revoltas de guerra cultural contra as várias instituições guardiãs que presidem nossa vida em comum, estejamos vendo uma nova marca de insurgência com tema de identidade, uma que pode se mostrar mais sinistra e duradoura do que o conflito cultural mais familiar nos flancos esquerdo e direito de nossa política. Talvez as duas forças mais dominantes na história americana — conflito cultural e capitalismo — tenham conspirado para criar uma cultura política mais dividida e mais desesperadora do que qualquer coisa no passado recente. E se essa parece ser a forma geral da guerra cultural em nossa era, a pergunta mais urgente a ser feita é: E agora?

Um dos principais efeitos da polarização persistente e cada vez pior é uma crise de legitimidade: uma esmagadora maioria de americanos está descontente com o governo e outras instituições de elite, incluindo a mídia e o ensino superior. Essa alienação se manifesta de várias maneiras. Tomemos, por exemplo, a oposição ao "politicamente correto", um termo que ganhou renome popular (e notoriedade) no início dos anos 1990 como uma crítica às universidades que buscavam regular a fala. Um quarto de século depois, as batalhas sobre o politicamente correto se intensificaram, se tanto. A mídia de direita dedica inúmeras horas alegres de espaço aéreo para lamentar "espaços seguros", "avisos de gatilho", "flocos de neve" e outros sinais de colapso civilizacional. As crianças não estão bem. Mesmo aos olhos de alguns especialistas nominalmente liberais, os estudantes universitários de esquerda, em seus esforços para silenciar os oradores conservadores, são uma ameaça crescente à liberdade de expressão. Jonathan Chait, da revista New York, descreveu os protestos no campus como uma "guerra contra a mente liberal" — a "manifestação de um sério desafio ideológico ao liberalismo" que é "necessário derrotar". Bari Weiss se preocupa no New York Times que os ativistas universitários de hoje só acreditam na liberdade de expressão "quando isso não os ofende". "O que quer dizer que eles não acreditam nisso de forma alguma". E o colunista do New York Times David Brooks, preocupado com os estudantes que tentaram calar os palestrantes polêmicos Jordan Peterson e Christina Hoff Sommers, reclama dos "máfias estudantis [que] conseguem combinar a fragilidade do floco de neve e o irracionalismo da multidão de linchamento em um coquetel perfeitamente venenoso".² Muitos dos debates sobre a liberdade de expressão no campus lembram as "Guerras do PC" do início dos anos 1990, quando os americanos atacavam as universidades como enclaves elitistas que buscavam policiar os pensamentos dos cidadãos americanos que supostamente se apegavam a atitudes ultrapassadas, como o racismo. Mais precisamente, "politicamente correto" se transformou em um termo pejorativo genérico, visando elites variadas que parecem ter medo de dizer a verdade sobre questões controversas por medo de ofender almas supostamente delicadas, supersensíveis e avessas a conflitos. Como The Vanishing Center of American Democracy, um estudo de 2016 dos sociólogos James Davison Hunter e Carl Desportes Bowman, descobre, três em cada quatro americanos acreditam que o politicamente correto é um problema sério, "tornando difícil para as pessoas dizerem o que realmente pensam". Não é de se admirar, então, que as frequentes explosões vulgares de Trump, no palanque e em sua conta do Twitter, ressoem: enquanto muitas pessoas veem seu estilo de comunicação como ignorante, irresponsável e totalmente cruel, seus apoiadores o veem como um contador de verdades sem rodeios. De qualquer forma, ninguém jamais acusa o tuiteiro-chefe de ser politicamente correto.³ Além de notar a tenacidade das antigas divisões culturais, a pesquisa Hunter-Bowman também afirma que essas divisões foram modificadas de maneiras cruciais. Hunter, cujo livro Culture Wars de 1991 foi a primeira investigação acadêmica sobre o tópico, escreve: "Onde as gu"

sexualidade, religião e família, as guerras culturais de hoje oferecem um novo conjunto de batalhas culturais ligadas a circunstâncias econômicas mutáveis, incluindo globalização, imigração e as mudanças nos limites do pluralismo legítimo.” O conflito cultural se fundiu com a discórdia frenética baseada em classes para criar uma política excepcionalmente tóxica, mesmo para os padrões americanos. O caráter mutável da polarização americana pode ser visto na distribuição desigual da insatisfação: os idosos são mais propensos a desconfiar do governo do que os jovens, os brancos mais do que os negros, os rurais mais do que os urbanos e os religiosos mais do que os seculares. A categoria com a maior divergência de todas é a educação: aqueles que não têm educação universitária são altamente propensos à alienação do governo; aqueles com diplomas avançados são, como um grupo, felizes com o governo e outras instituições de elite. É aqui que o capitalismo e a classe importam. Em nossa ordem econômica neoliberal e pós-industrial, a obtenção educacional é altamente determinante das oportunidades de vida. As credenciais educacionais tendem, por exemplo, a rastrear o quanto as pessoas sofreram com os efeitos contínuos da recessão de 2008. Uma lacuna de credenciais, com suas implicações de classe, foi mapeada em divisões culturais duradouras.

E isso ajuda a explicar por que as guerras culturais parecem mais urgentes, mais existenciais, do que nunca. Quando questionados sobre suas atitudes em relação ao governo, as minorias raciais, especialmente os afro-americanos, estão entre os grupos menos alienados. Isso pode parecer estranho, já que os afro-americanos perderam quantidades vastamente desproporcionais de riqueza familiar como resultado do colapso econômico de 2008 — e também porque os negros americanos, como um grupo, têm inúmeras queixas legítimas com o governo americano. Mas faz mais sentido quando consideramos duas coisas. Primeiro, as respostas à pergunta da pesquisa sobre a atitude em relação ao governo são provavelmente específicas para o senso entre os negros americanos de que o bem-estar do governo em seus termos mais amplos é necessário para tornar a vida das pessoas melhor.

Em segundo lugar, a pesquisa foi realizada em 2016, quando Obama ainda era presidente — uma consideração fundamental se lembrarmos que os líderes políticos frequentemente funcionam como totens de inclusão social mais ampla. Desnecessário dizer que a mesma dinâmica básica opera do outro lado da divisão racial: assim como Obama representava um senso de pertencimento político para os afro-americanos, Trump personifica o grupo social que se uniu sob o infeliz apelido de "cesta de deploráveis" de Hillary Clinton: mais velho, rural, sem credenciais e, sim, branco. A raça quase sempre esteve na vanguarda da vida política e cultural americana. Afinal, os Estados Unidos foram fundados na desapropriação de povos indígenas de cor e enriqueceram com a escravidão de negros africanos. Mas, na esteira do movimento pelos direitos civis que derrotou Jim Crow, expressões explícitas e oficialmente sancionadas de racismo diminuíram. Até mesmo conservadores do tipo que antes defendiam sem remorso a supremacia branca mudaram de marcha e, em vez disso, abordaram problemas raciais usando uma linguagem daltônica. Os críticos se referiam a tal daltonismo como “racismo codificado”. No entanto, um compromisso formal com a igualdade racial por parte das instituições americanas era pelo menos uma evidência tangível de progresso. Que a desigualdade racial permanecesse firmemente intacta apesar de tal compromisso deixou muitos americanos confusos — e a persistência de divisões econômicas e sociais racializadas, por sua vez, abriu a porta para explicações reacionárias para tal desigualdade, incluindo a teoria perversa de que a patologia cultural precede a pobreza.

Agora, no entanto, tal confusão não parece mais ser um problema. Com a captura da direita americana pelo Trumpismo, as linhas raciais das guerras culturais foram redesenhadas de forma cristalina. Decifrar o código não é mais necessário. De um lado está Trump:

o homem que impulsionou a cruzada surpreendentemente popular "birther" que questionou a cidadania do primeiro presidente negro (e, por extensão, sua legitimidade como presidente); o homem que chamou imigrantes mexicanos sem documentos de "estupradores e assassinos" e prometeu construir um muro na fronteira mexicana; o homem que emitiu uma proibição para muçulmanos selecionados de entrarem no país. Do outro lado está o Black Lives Matter e todos aqueles que querem responsabilizar policiais que assassinam negros desarmados. Enquanto Trump chama os jogadores da NFL, em sua maioria negros, que protestam contra a injustiça racial ajoelhando-se durante o hino nacional de "filhos da puta", atletas negros famosos como LeBron James e Stephen Curry falam abertamente sobre a intolerância de Trump. Isso parece diferente. Durante a campanha presidencial de 1980, Ronald Reagan fez um discurso no Condado de Neshoba, Mississippi, onde os ativistas dos direitos civis James Chaney, Andrew Goodman e Michael Schwerner foram assassinados durante o Verão da Liberdade de 1964. Quando Reagan anunciou, naquele local específico, sua crença nos "direitos dos estados", ele sinalizou tacitamente simpatia pelos sulistas brancos que ansiavam pelos dias felizes de Jim Crow. Mas quando Trump chamou os supremacistas brancos impenitentes da "tocha tiki" que marcharam em Charlottesville no ano passado de "pessoas muito boas", não houve nada tácito em seu endosso. O resultado de Trump descartar a retórica codificada sobre raça é que nosso discurso político é ao mesmo tempo mais cruel e mais honesto. Trump arrancou as crostas das feridas do racismo americano que o movimento pelos direitos civis havia trabalhado para curar. O debate nacional sobre armas também se intensificou nos últimos anos. Essa divisão se alinha quase perfeitamente com o debate nacional sobre raça. Isso não quer dizer que o controle de armas seja novo nas guerras culturais. Em 1997, o então vice-presidente da National Rifle Association (NRA), Charlton Heston, fez um discurso irônico em nome dos deploráveis, intitulado "Lutando a Guerra Cultural na América": O temente a Deus, cumpridor da lei, caucasiano, protestante de classe média — ou pior ainda, cristão evangélico, do Centro-Oeste ou do Sul — ou pior ainda, rural, aparentemente hétero — ou pior ainda, heterossexuais assumidos, portadores de armas — ou pior ainda, portadores de cartão da NRA, trabalhador comum — ou pior ainda, trabalhador masculino — porque, além de não contar, você é um obstáculo direto ao progresso social. Sua voz merece um nível de decibéis mais baixo, sua opinião é menos esclarecida, seu acesso à mídia é insignificante; e, francamente, senhor, você precisa acordar, ficar esperto e aprender um pouco com sua nova América; e até que você faça isso, você se importaria em ficar quieto? E ainda assim, durante as décadas de 1980 e 1990 — o auge das guerras culturais que este livro documenta em todos os seus detalhes sangrentos — as armas raramente ascenderam ao topo de qualquer lista de principais pontos críticos no conflito. Então, em 1999, veio Columbine, o primeiro massacre escolar amplamente divulgado, seguido por onda após onda de tiroteios em massa indiscriminados. Quase vinte anos depois, as armas podem ser a questão mais divisiva na política americana.

O especialista da National Review, David French, se preocupa que o debate sobre armas, por ter se tornado um verdadeiro Kulturkampf no qual a empatia pelo lado oposto evaporou, pode "quebrar a América". Para David Brooks, o debate sobre armas revelou que "nós realmente não temos mais debates sobre políticas. Temos um grande conflito tribal, e as lutas políticas são apenas batalhas por procuração, enquanto cada lado tenta estabelecer superioridade moral".¹ Nessa visão da postura intratável que agora bloqueia o debate honesto sobre a posse de armas, os dois antagonistas tribais desempenham seus papéis de forma perfeitamente ritualística. No rescaldo de cada massacre horrível, quase sempre cometido por um homem branco furioso com acesso legal a um arsenal literal de

armas de nível militar, os defensores do controle de armas renovam seus atormentados apelos por uma legislação substancial que tornaria mais difícil para assassinos obterem armas mortais. Em resposta, os políticos no bolso do lobby das armas oferecem "pensamentos e orações" às vítimas e suas famílias. Após alguns dias de pensamentos e orações, os porta-vozes da NRA bombardeiam a mídia com reclamações de que seus antagonistas estão politizando a tragédia. Nenhuma lei é aprovada. Enxágue (com o sangue dos americanos). Repita.

O massacre de 14 de fevereiro de 2018 na Marjory Stoneman Douglas High School em Parkland, Flórida, no qual um jovem assassino tirou a vida de dezessete pessoas, estimulou uma onda de ativismo liderada pelos alunos que sobreviveram ao ataque. O fato de esses jovens sobreviventes articulados estarem liderando a acusação contra os fetichistas de armas do país tornou mais difícil para o lobby das armas difamar os motivos de seus oponentes, embora certamente não por falta de tentativa. Wayne LaPierre, chefe da NRA, aproveitou a ocasião de seu primeiro discurso após o massacre de Parkland para tagarelar sobre uma "onda socialista" que estava infectando os jovens. Se a agenda socialista for bem-sucedida, de acordo com LaPierre, "nossas liberdades americanas podem ser perdidas", especialmente nossa liberdade ilimitada de possuir rifles de assalto e outras máquinas de guerra. Em resposta ao ridículo que saudou a paranoia de LaPierre, Trump foi ao Twitter para afirmar que "Wayne" é "um grande patriota americano". Ele então assinou: "FAZER A AMÉRICA GRANDE NOVAMENTE!"¹¹ Mesmo que os dois lados nas guerras culturais cavem trincheiras profundas em algumas frentes — como raça e armas — tornando o progresso em qualquer direção quase impossível, outras frentes têm visto movimento. Nos últimos anos, por exemplo, a direita religiosa tem perdido as guerras culturais sobre sexualidade, religião e família. Mas essa espécie de vitória liberal não levou à paz e tranquilidade; na verdade, fez exatamente o oposto. Para dar um exemplo de declínio evangélico, as atitudes da nação sobre a homossexualidade se tornaram muito mais tolerantes,

codificado na decisão histórica da Suprema Corte de 2015 em *Obergefell v. Hodges*, que garantiu aos casais do mesmo sexo o direito fundamental de se casar. Embora essa decisão tenha desencadeado uma série de jeremiadas apopléticas de alguns líderes conservadores, essas explosões caíram em ouvidos moucos: agora, até mesmo a maioria dos republicanos com menos de cinquenta anos apoia o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa mudança radical de atitude forçou os líderes do Focus on the Family e da Southern Baptist Convention a admitir a derrota no debate sobre o casamento gay.¹² E mesmo quando os conservadores religiosos ganham a influência política necessária para promulgar leis locais que correspondem às suas visões tradicionalistas da sexualidade, eles continuam a perder o debate nacional mais amplo. Em resposta ao Ato de Restauração da Liberdade Religiosa de Indiana, sancionado em 2015 pelo então governador Mike Pence, que concedeu aos padeiros homofóbicos de Indiana o direito de se recusar a vender bolos de casamento para casais do mesmo sexo, várias corporações boicotaram o estado, levando a uma perda de receita estimada em US\$ 62 milhões.

Quando a Carolina do Norte determinou em 2016 que os indivíduos só podem usar banheiros públicos de um único sexo que correspondam ao sexo identificado em suas certidões de nascimento — um ataque óbvio aos direitos transgêneros — a National Basketball Association mudou o All-Star Game de 2017 de Charlotte para Nova Orleans.¹³ Outra medida significativa do declínio evangélico é a aceitação exagerada da direita religiosa do mulherengo atrevido na Casa Branca. Diante da revolução sexual, a direita religiosa há muito tempo promoveu o ideal de líderes políticos castos e piedosos, também conhecidos como "bons homens de família". A hipocrisia foi escrita nesse ideal desde o início, já que a característica predominante que mais atraiu

o direito religioso a certos políticos era sua política. Se castidade e piedade fossem pré-requisitos, Reagan dificilmente seria palatável para os evangélicos. Como um apoiador de Jimmy Carter amargamente apontou, Reagan era “um libertino de Hollywood, teve um filho concebido fora do casamento antes de ele e Nancy se casarem, admitiu o uso de drogas durante seus anos em Hollywood e... foi um dos presidentes menos religiosos da história americana”. E ainda assim Reagan ganhou quase 65 por cento do voto evangélico branco sobre o piedoso, até mesmo repreensivo, renascido Carter em 1980. O que importava era que Reagan se alinhava inequivocamente com evangélicos conservadores menos interessados em sua história pessoal do que em sua política.¹ Podemos dizer o mesmo de Trump, que, apesar de suas muitas indiscrições e histórico confesso de agressão sexual, já conseguiu dar à direita religiosa o presente de um juiz da Suprema Corte (com outro prestes a sair no momento em que este artigo foi escrito) — de longe o espólio político mais cobiçado do movimento — ao mesmo tempo em que oferecia favores aleatórios, como a tentativa de reconhecer Jerusalém como a capital de Israel. Para resolver essa mistura desconcertante, é crucial enfatizar que a proporção importa. As impropriedades de Trump são legião. Não há retorno ao ideal piedoso para o líder evangélico Franklin Graham, que proclamou a vitória de Trump em 2016 que “foi Deus, na minha opinião, e acredito que Sua mão estava em ação”. Isso foi poucas semanas após o lançamento da infame “fita de buceta” que pegou Trump se gabando de suas façanhas sexuais agressivas para o apresentador de televisão Billy Bush. Pela própria admissão de Trump, sua mão também estava trabalhando.¹ Em 21 de janeiro de 2017, um dia após a posse de Trump, centenas de milhares de mulheres ostentando chapéus cor-de-rosa “de buceta” marcharam em Washington, DC. Ao todo, estima-se que cinco milhões de pessoas participaram da Marcha das Mulheres em cidades ao redor do mundo. Esta marcha massiva anunciou que o presidente “agarrador de buceta”, que ganhou a presidência graças ao anacrônico Colégio Eleitoral, seria recebido com desafio a cada passo. Parecia que a eleição de Trump havia dado início a um feminismo renovado que passou a se chamar, simplesmente, de Resistência. Também parecia que uma divisão convencional nas guerras culturais — feminismo versus a reação patriarcal — havia sido reacendida. Mas esse despertar feminista teve consequências não intencionais que explodiram em grande parte alianças políticas estáveis.¹ Em 2017, dezenas de mulheres se apresentaram para acusar o magnata de Hollywood Harvey Weinstein de abuso sexual. Ele foi demitido da empresa que ajudou a fundar e dispensado da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas. O comportamento abusivo de Weinstein era conhecido há muito tempo em Hollywood, mas ele nunca foi responsabilizado anteriormente, pela simples razão de que suas vítimas, todas funcionárias ou atrizes, acreditavam corretamente que Weinstein e seus poderosos comparsas as rejeitariam em retaliação caso falassem. Mas em um clima transformado pela resistência feminina — um clima em que de repente se tornou seguro para mais mulheres proclamarem que sim, assédio e abuso sexual têm sido um problema para o #MeToo — a situação virou para predadores como Weinstein.¹ Vários outros homens famosos caíram em desgraça rapidamente, incluindo Louis CK, Kevin Spacey e Al Franken. O curioso sobre esse fenômeno é que a aliança política não salvou mais esses homens. Enquanto a icônica feminista Gloria Steinem defendeu Bill Clinton contra acusações de má conduta sexual e abuso de poder porque ela considerou um presidente que se opunha à agenda da direita cristã mais importante do que derrubar um único criminoso sexual, quase ninguém saiu em de

record.¹ O feminismo está transcendendo as antigas guerras culturais — evidência, talvez, de que ele está finalmente prevalecendo. Ainda assim, deve-se notar que se #MeToo sinaliza um grande sucesso feminista, a vitória não será fácil. As vitórias da guerra cultural nunca são. Sinais de um período turbulento de ajuste já estão no horizonte, enquanto a justiça sangra em pânico. Por exemplo, citando a lógica do #MeToo, uma mulher recentemente circulou uma petição para que uma pintura de Balthus de 1938 fosse removida do Metropolitan Museum of Art em Nova York porque, aos seus olhos, retratava uma adolescente como um objeto sexual. E também haverá, sem dúvida, modos mais ameaçadores de reação à direita cultural. Muitos dos supremacistas brancos portando tochas tiki em Charlottesville — sem mencionar os assassinos em massa armados que assombram nossas escolas, igrejas, cinemas, casas noturnas e salas de concerto — tendem a ser homens jovens lutando para encontrar uma existência significativa e tradicionalmente masculina em uma América que eles acreditam estar atualmente invadida por privilégios feministas e de ódio aos homens.¹ Este passeio pelo recente campo de batalha da guerra cultural revela duas tendências principais. Primeiro, a ansiedade econômica e o ressentimento de classe foram mapeados em divisões culturais para tornar as guerras culturais mais raivosas, mais tribais e mais fundamentais do que nunca. Segundo, algumas lutas mais antigas da guerra cultural estão diminuindo devido ao sucesso progressivo. E para mapear uma possível avenida de resistência pós-guerra cultural, eu acrescentaria uma observação contrária: apesar das aparências em contrário na América de Trump, o conflito cultural não é a única divisão possível. Nas profundezas da ordem neoliberal, a luta de classes pode ultrapassar o conflito cultural como o antagonismo definidor na vida americana. Não estou argumentando que o conflito cultural acabará tão cedo. Argumentos sobre a identidade americana, e até mesmo sobre a natureza humana, estão sempre presentes na vida política americana. Uma nação fundada em ideias amplas e contraditórias como "liberdade" e "busca da felicidade" está fadada a ter tais debates — especialmente uma nação tão religiosa, racial e etnicamente diversa quanto os Estados Unidos. O que estou argumentando é que as décadas de 1980 e 1990 foram um período particularmente quente nas intermináveis guerras culturais americanas. Esse período na história americana recente talvez devesse ser conhecido como a "Era das Guerras Culturais" propriamente dita. A maneira como pensamos sobre as forças históricas muda junto com a maneira como pensamos sobre o tempo histórico. Ao discutir o período mais longo da história americana que vai da Guerra Civil até o presente, o capitalismo está no topo de qualquer hierarquia de forças importantes que moldam a mudança histórica. O conflito cultural — as guerras culturais — foi uma força histórica mais subterrânea. Infelizmente, as forças históricas subterrâneas geralmente vêm à tona — às vezes com um estrondo! Quando encurtamos nosso período histórico para a era entre as décadas de 1960 e 1990, uma nova hierarquia de forças históricas entra em cena. A melhor maneira de entender como chegamos da década de 1960 à década de 1990 — de Woodstock a Monica Lewinsky — é entender a história das guerras culturais. Mas talvez as forças históricas das guerras culturais não sejam a melhor maneira de entender o presente. Houve uma mudança de volta ao capitalismo como um ponto importante de ênfase histórica. Os desenvolvimentos no ensino superior, especialmente em relação à crise nas humanidades, mostram que essa mudança está em andamento. Em 1988, um debate ocorreu na página editorial do Wall Street Journal sobre se a Universidade de Stanford deveria designar John Locke ou Frantz Fanon. Na época, tal debate fazia sentido para o público leitor do país. As instituições americanas de ensino superior estavam nas garras das guerras culturais. Esse foi particularmen

A vida americana era um ponto focal do currículo. Locke ou Fanon ajudaram melhor os jovens americanos a entender essa promessa? Argumentos de boa-fé foram apresentados para promover reivindicações em favor de ambos. Tal debate seria absurdo agora. Em vez disso, estamos atualmente inundados com características brilhantes da mente tecnocrática "solucionadora de problemas" em ação. Agora, Locke e Fanon se encontram do mesmo lado — e está parecendo cada vez mais o perdedor. Do lado vencedor? Veja um exemplo, *Winning*, o livro de gestão alegre do ex-CEO da General Electric, Jack Welch, que é amplamente lido nas escolas de negócios americanas. Infelizmente, até mesmo o todo-poderoso cânone ocidental, seja em um disfarce tradicional que inclui Locke ou em uma forma revisada que abraça Fanon, parece fraco contra o culto dos negócios. Os defensores das humanidades são vozes no deserto. Os filisteus estão em marcha.² Durante as guerras culturais das décadas de 1980 e 1990, a esquerda e a direita compartilhavam um compromisso com o valor das humanidades como um elemento crucial do ensino superior americano. As humanidades eram mais do que um mero luxo.

Eles eram vitais para o ensino superior. O que a esquerda e a direita discordavam, muitas vezes ferozmente, era como definir e ensinar as humanidades. Os conservadores argumentavam que humanidades devem estar de acordo com hierarquias tradicionais e que todos os estudantes universitários americanos devem ler o cânone ocidental como a direita o definiu — limitado a um grupo central de textos escritos por homens brancos mortos como Locke. Em contraste, esquerdistas acadêmicos buscavam um currículo de humanidades mais inclusivo e multicultural e argumentavam que os alunos deveriam ler textos que desafiassem hierarquias tradicionais, como a polêmica anti-Europa de Fanon, *The Wretched of the Earth*. As guerras culturais que dominaram as discussões sobre educação superior nas décadas de 1980 e 1990 tiveram um significado histórico duradouro. Como, exatamente, os americanos devem pensar? Debates sobre essa questão abstrata abalaram as instituições de ensino superior do país durante o auge das guerras culturais. Mas em nossa era atual de neoliberalismo, quando a utilidade econômica deslocou todos os outros critérios para o valor da educação, os americanos não são solicitados a pensar sobre essas questões.

As universidades americanas estão atualmente mais racial e etnicamente diversas do que nunca, e as mulheres formam a maioria dos estudantes universitários em todo o país. Alinhadas com essas novas demografias, as humanidades são ensinadas de maneiras muito mais inclusivas. O cânone está mais vivo do que nunca. A esquerda venceu essas guerras culturais. Mas as vitórias provaram ser pírricas. Hoje em dia, não há estudantes suficientes que queiram estudar humanidades e justificar sua existência para administradores preocupados com os custos, e poucas vozes públicas são ouvidas defendendo-as, especialmente vozes conservadoras.²¹ No mundo de cão come cão do capitalismo neoliberal, uma educação em humanidades do tipo que inculca curiosidade intelectual e empatia humanística não serve para nada em comparação com atividades do mundo real como treinamento vocacional e gerencial. A perspectiva neoliberal, que permeia políticos de direita como o governador de Wisconsin Scott Walker a liberais como Obama, está bem com cânones revisados, com entendimentos mais inclusivos e multiculturais do mundo — mas não com dinheiro público apoiando algo aparentemente tão inútil quanto as humanidades. Na era do neoliberalismo, as pessoas que se dizem conservadoras abandonaram sua defesa tradicionalista do cânone ocidental em favor de nenhum cânone. Guerreiros culturais

foram ultrapassados pelos eventos. Um consenso neoliberal bipartidário que enfatiza o treinamento profissional como *sine qua non* da educação agora domina o cenário. O livro de Allan Bloom de 1987, *The Closing of the American Mind*, faz um caso rigoroso, embora excêntrico, para um clássico

educação em humanidades enraizada no cânone ocidental. Bloom acreditava que uma educação em humanidades deveria proporcionar aos alunos “quatro anos de liberdade”, que ele descreve como “um espaço entre o deserto intelectual que [o aluno] deixou para trás e o inevitável e triste treinamento profissional que o aguarda após o bacharelado”. É verdade que os esquerdistas do campus não ficaram impressionados com a rejeição de Bloom a textos escritos por mulheres, minorias e não ocidentais por não terem mérito em comparação aos grandes livros escritos por pessoas como Jean-Jacques Rousseau. Mas o que exige lembrar é que a defesa antiutilitária das humanidades de Bloom ressoou em muitos americanos, incluindo muitos conservadores — de fato, surpreendentemente disparou para o topo das listas de mais vendidos. Para os ouvidos neoliberais de hoje, seu argumento para o engajamento apaixonado com questões fundamentais soa como um eco pitoresco do passado distante.²² Os movimentos de libertação dos anos 60 e a reação conservadora subsequente colocaram as humanidades em primeiro plano como nunca antes. Ambos os lados buscavam legitimidade nas humanidades.

Além disso, tanto a esquerda quanto a direita articulavam filosofias educacionais fundadas na oposição à utilidade econômica. Assim como Bloom queria que seus alunos experimentassem o aprendizado como um ato erótico — como um encontro com o sublime — os multiculturalistas desejavam uma educação que transcendeu o mundo sórdido do capitalismo americano. Isso era verdade até mesmo para os mais entusiasmados promotores da política de identidade, que há muito tempo são acusados de subordinar a educação liberal aos ditames sórdidos da exigência política. Em sua *Sexual Politics* de 1970, Kate Millett escreveu que o que “pode ser descrito como atividade distintamente humana em vez de animal é amplamente reservado para o homem”. Millett queria apenas estender o reino da humanidade — e das humanidades — para incluir as mulheres.²³ As guerras culturais das décadas de 1980 e 1990, quando tanto a esquerda quanto a direita atribuíram valor intrínseco às humanidades, foram um período excepcional na história do ensino superior americano.

Aqueles anos, quando todos os lados viam mérito na educação liberal universal, foram um desvio anômalo de uma crença americana de longa data de que a educação é, acima de tudo, uma ferramenta para o avanço econômico pessoal. Essa exceção resultou da convergência das revoluções culturais dos anos 60 e dos resquícios da ordem do New Deal que, embora já em forte declínio na década de 1980, deixou para trás poderosas, embora residuais, sensibilidades sociais-democratas. Um debate sobre se Locke ou Fanon merecem um lugar em um currículo nacional — um debate sobre o que deve constituir conhecimento comum — só poderia acontecer entre pessoas que compartilham o entendimento de que a educação é um bem social.

Tal debate só poderia acontecer em uma nação onde as pessoas acreditam que as ideias são parte de uma herança comum. Além da legislação que produziu marcos sociais-democratas como o Social Security Act, a ordem do New Deal incluiu um compromisso coletivo com o ensino superior, um sem paralelo na história americana. Legislação como o GI Bill de 1944, que fornece aos veteranos muitos benefícios, a mensalidade da faculdade entre eles, demonstra tal compromisso. Também pode ser medido pelo grande crescimento no número de alunos matriculados nas universidades do país. Em 1960, 3.789.000 alunos matricularam-se em faculdades americanas. Em 1970, esse número mais que dobrou para 7.852.000. Devido ao enorme investimento público, a maioria conseguiu frequentar a faculdade sem incorrer na dívida opressiva que é tão comum agora.²⁴ As universidades americanas prosperaram como resultado. Considere, por exemplo, o sistema público de ensino superior da Califórnia, que foi o sistema mais admirado do mundo durante grande parte do segundo semestre

do século XX. Até a década de 1990, os estudantes da Califórnia podiam esperar frequentar a faculdade quase sem custo para si mesmos, quer frequentassem uma das universidades de elite do estado, uma de suas faculdades estaduais excepcionais ou uma de suas muitas faculdades comunitárias de primeira linha. Mesmo no final da década de 1980, em meio à administração neoliberal Reagan, muitos americanos ainda se apegavam às sensibilidades social-democratas sobre o ensino superior. Muitos ainda acreditavam que as universidades do país eram parte do bem comum. Nesse contexto, moldar o currículo universitário era um esforço comum. A convergência dessas duas sensibilidades — sensibilidade às revoluções culturais dos anos 60 juntamente com um apego persistente à social-democracia — gerou um período extraordinário na história intelectual e educacional americana. Mas essa era extraordinária também durou pouco. Vamos voltar ao exemplo da Califórnia. Como o gasto estadual por aluno foi cortado em mais da metade, a mensalidade estadual na Universidade da Califórnia está agora na faixa de US\$ 15.000 anualmente, com a mensalidade também aumentando exponencialmente em faculdades estaduais e comunitárias. Um aluno de Berkeley agora tem mais probabilidade de ser confrontado com uma gama diversificada de perspectivas humanas, mas a maioria dos californianos está excluída do ensino de humanidades, multicultural ou não. Os alunos negros agora podem aprender tudo sobre seu lugar na história e na literatura americanas, mas para isso provavelmente é necessário que eles incorram em uma dívida pessoal onerosa.²

Desenvolvimentos semelhantes estão acontecendo em todo o país. Em fevereiro de 2015, o governador republicano Scott Walker elaborou um orçamento estadual draconiano que propunha diminuir a contribuição do estado para o sistema da Universidade de Wisconsin em mais de US\$ 300 milhões nos próximos dois anos. Além de simplesmente cortar gastos, Walker também tentou alterar a linguagem que orientou a missão principal da Universidade de Wisconsin nos últimos cem anos ou mais, uma missão conhecida como a "Ideia de Wisconsin". Aparentemente, a universidade ideal de Walker não mais "estenderia o conhecimento e sua aplicação além dos limites de seus campi" e, portanto, cessaria sua "busca pela verdade" e seus esforços para "melhorar a condição humana", já que suas mudanças de linguagem propostas descartaram essas ideias completamente; o objetivo reduzido do governador era que a universidade apenas "atendesse às necessidades de força de trabalho do estado". Não mais bem-vindos, os sonhadores humanistas seriam substituídos por analistas de números sem alma.² Quando um rascunho das revisões propostas por Walker para a Ideia de Wisconsin surgiu, os indignados moradores de Wisconsin (incluindo alguns conservadores) obrigaram o governador a recuar. No entanto, as ações de Walker são consistentes com tendências recentes na política conservadora. Os republicanos hoje estão em pé de guerra contra a educação — particularmente contra as humanidades, aquelas disciplinas acadêmicas onde a busca pitoresca de conhecimento sobre "a condição humana" persiste e onde maneiras de reimaginar a ordem social foram historicamente incubadas. Em 2012, o governador da Flórida, Rick Scott, propôs uma lei tornando mais caro para os alunos matriculados nas universidades públicas da Flórida obterem diplomas em humanidades. Como Scott e seus apoiadores argumentaram, em tempos austeros eles precisavam, nas palavras do republicano da Flórida e presidente do Senado Estadual Don Gaetz, "amarrar o ensino superior às realidades e oportunidades da economia". Em outras palavras, um diploma em humanidades, diferentemente de um diploma em administração, era um bem de luxo.² Os republicanos parecem ter esquecido o desvio anômalo dos anos 80 e 90 — a época em que algumas de suas principais figuras se preocupavam menos com o lucro líquido e mais com a alma da América. Mas os republicanos não estão sozinhos nisso. Até o Presidente Obama se juntou a este coro quando brincou que os estudantes com formação profissional

treinamento estão fadados a ganhar mais dinheiro do que os formados em história da arte. Ao contrário de políticos de direita como Walker, Obama não fez carreira atacando os valores ensinados nas humanidades. De fato, sua própria formação educacional sugeriria o oposto. A Universidade de Columbia, onde Obama obteve seu diploma de bacharel, é uma das poucas universidades que exigem que todos os seus alunos façam história da arte. Mas talvez essa ironia seja indicativa: o que é bom para Obama e o resto dos privilegiados o suficiente para frequentar a Columbia não é necessariamente o que é bom para todos.² Esse antiintelectualismo, uma forte animosidade contra a ideia de que aprender sobre a humanidade é uma busca digna, independentemente de sua falta de aplicabilidade óbvia no mercado de trabalho, tem raízes profundas na América história. Mas, como a história das guerras culturais demonstra, essa lógica nem sempre prevaleceu. Apesar de seu caráter anômalo, as guerras culturais dos anos 80 e 90 merecem atenção como o momento em que a direita e a esquerda concordaram sobre o valor das humanidades, por mais estreita ou ampla que tenham definido o currículo. Então, como passamos do conservadorismo cultural de Bloom para o niilismo econômico de Walker e Scott? Como chegamos a uma situação em que as humanidades ensinadas nas universidades do país geralmente aderem a valores multiculturais e, ainda assim, o impacto de tais valores é limitado pelo fato de que cada vez menos alunos estão escolhendo se formar em disciplinas como história e inglês? Ironicamente, as guerras culturais que fizeram das humanidades um tópico de conversa nacional também abriram caminho para o ataque neoliberal a elas. E tanto a esquerda quanto a direita são culpadas — embora não igualmente. Ao fomentar a noção de que as humanidades estavam em crise, conservadores como Bloom jogaram nas mãos de grupos de reforma como o American Legislative Exchange Council (ALEC), que fazem lobby por desinvestimentos massivos na educação pública e que desejam reorganizar as universidades para que se assemelhem mais às corporações. A privatização da educação tem sido há muito tempo um dos objetivos políticos impulsionados pelo ALEC, que se formou em 1973 como um consórcio sem fins lucrativos de políticos estaduais conservadores e representantes corporativos. O ataque aos acadêmicos de esquerda "politicamente corretos" enfraqueceu a confiança do público nas universidades, deixando-as vulneráveis às legiões de reformadores do tipo ALEC que desejam tornar as universidades mais focadas no lucro líquido. Quando o lucro é a principal motivação, as humanidades não se saem tão bem quanto disciplinas favoráveis aos negócios, como administração e tecnologia, que atraem maços de dinheiro privado.² Mas, por outro lado, o foco da esquerda acadêmica na política de identidade foi um tanto autodestrutivo no longo prazo. A política de identidade geralmente entra em conflito com os valores social-democratas no sentido de que divide as pessoas que deveriam estar unidas. A lógica da política de identidade submerge a classe e foca, em vez disso, na criação de oportunidades para ascensão individual de povos anteriormente excluídos. Dessa forma, a política de identidade — talvez não intencionalmente — andam de mãos dadas com o desmantelamento neoliberal de um estado de bem-estar social, uma vez que a realização individual é privilegiada sobre o bem social. Hillary Clinton (quase) quebra o teto de vidro, mas milhões de mulheres continuam na pobreza, com poucas chances de acessar o ensino superior. Em suma: a política de identidade representa pouca ameaça ao capitalismo neoliberal. Muito pelo contrário. A social-democracia, por outro lado, é exatamente o que as políticas neoliberais são projetadas para destruir. Minha intenção não é fazer um julgamento condescendente nascido da retrospectiva sobre os movimentos de libertação dos anos 60 e a política de identidade acadêmica. Marchar no Departamento de Inglês foi uma cruzada que valeu a pena, na medida em que os guardiões culturais da nação estavam excluindo perspectivas

fornecido por mulheres e pessoas de cor. Vencer as guerras culturais sobre o cânone das humanidades é uma conquista da qual a esquerda deveria se orgulhar. Mas a cultura mais diversa que a esquerda conquistou foi cortada nas rótulas pelas políticas neoliberais, que, infelizmente, as políticas de identidade ajudaram a fortalecer. Provando a verdade histórica do que Theodor Adorno e Max Horkheimer chamam de "dialética do esclarecimento", o ethos dos movimentos de libertação dos anos 60 se fundiu com novas restrições. A cultura do capitalismo americano descobriu um novo dinamismo ao incorporar os temas oposicionistas da política de identidade. Se algum ethos único agora representa a cultura americana, é aquele promulgado pela Madison Avenue e pelo Vale do Silício: o multiculturalismo, tão importante para sacudir a América normativa, tornou-se uma mercadoria sem graça, nem mais, nem menos.

Tais são as contradições culturais da libertação.³ Estas contradições culturais, que assolam tanto o tradicionalismo da direita como a social-democracia da esquerda, são vale a pena ponderar. Talvez Robert Bork, de todas as pessoas, estivesse certo quando fez o argumento herético de que as liberdades individuais consagradas na Declaração de Independência eram perigosas porque colocavam em movimento uma sociedade dedicada à revolução cultural permanente.³¹ Como se estabelecem limites à proposição de que "todos os homens são criados iguais"? Contra as suposições daqueles que assinaram a Declaração de Independência, "todos os homens" eventualmente passaram a incluir, aos trancos e barrancos, não proprietários de terras, escravos e ex-escravos, negros e outras minorias raciais, imigrantes de terras estranhas, católicos, judeus e outros não cristãos, ateus, mulheres, gays, lésbicas, pessoas transgênero e pessoas com deficiência. Vistos dessa forma, os movimentos de libertação dos anos 60 manifestaram um ethos que datava da fundação da nação. Mas, como mostra a história das guerras culturais, tal libertação, não importa quão fundamental fosse seu ethos, encontrou forte resistência. Quando novos povos desafiaram os significados existentes de nacionalidade, a cultura nacional se fragmentou. O currículo de humanidades também se fragmentou.

Não poderia ter sido de outra forma. A revolução cultural permanente faz uma cultura uma proposta muito difícil de sustentar. E sem uma cultura comum, é difícil construir a solidariedade necessária para a social-democracia — ou, nesse caso, o tradicionalismo conservador. Talvez, então, não seja coincidência que o modesto estado de bem-estar social americano — o estado do New Deal — tenha sido construído durante uma era de estabilidade cultural incomum, uma era com, por exemplo, um regime de imigração altamente restritivo. Talvez não seja coincidência que as reformas econômicas promulgadas nos anos entre as presidências de Franklin Roosevelt e Lyndon Johnson tenham se sobreposto a uma cessação na revolução cultural — um momento em que, por exemplo, os desafios aos papéis convencionais de gênero haviam parado temporariamente. Talvez não seja coincidência que uma era de igualdade econômica sem precedentes também tenha sido uma era em que as normas culturais foram intensamente policiadas. Podemos ter multiculturalismo e social-democracia? Esta questão é persistentemente desconcertante. As vitórias podem ser sustentadas nas arenas de conflito cultural e luta de classes? Muitos jovens hoje parecem pensar assim. Quando os jovens americanos de esquerda se aglomeraram na campanha de Bernie Sanders em 2016, eles estavam respondendo entusiasticamente à sua oferta de tornar o ensino superior gratuito. Mas seu ardor não se originou apenas do impacto ruinoso que a crescente dívida estudantil visitará e visitou em suas perspectivas de vida. Eles também ansiavam por uma existência humana que transcendesse a ordem neoliberal esmagadora de almas — uma existência humana que é o próprio sujeito

das humanidades. Essa nova divisão entre os governantes tecnocráticos de uma sociedade profundamente desigual e os jovens americanos idealistas que querem algo melhor dificilmente se assemelha às guerras culturais de antigamente. Parece, em vez disso, um novo tipo de luta de classes — e encontra um forte eco na dedicação implacável dos sobreviventes do tiroteio de Parkland a uma nova abordagem à política de posse de armas, desafiando o fatalismo amargo de muitos de seus antepassados políticos. Embora o resultado dessas lutas incipientes esteja longe de ser certo, elas fornecem mais do que um mínimo de esperança para aqueles exaustos com as guerras culturais — para aqueles que estão procurando uma maneira de sair da guerra de trincheiras desanimadora e desanimadora do Kulturkampf americano. Agradecimentos Estou animado para publicar este livro com a University of Chicago Press e sou profundamente grato a Robert Devens, o editor que me assinou um contrato antecipado. Robert viu o potencial deste livro e foi extremamente útil em dar-lhe direção em seus estágios iniciais. Timothy Mennel, que assumiu como meu editor no meio do processo, foi igualmente entusiasmado e provou ser um leitor perspicaz. Tim garantiu dois leitores fantásticos para revisar meu manuscrito. Esses leitores anônimos me deram confiança para seguir em frente com seus elogios e ajudaram a tornar o livro muito melhor com suas críticas. Agradeço a eles por seu importante serviço. Falando em tornar o livro melhor, a edição hábil de Ruth Goring melhorou o texto aos trancos e barrancos. E por último, mas não menos importante, ao reconhecer todas as pessoas excelentes da University of Chicago Press, devo agradecer a Nora Devlin, que pacientemente me acompanhou pelo processo de produção com desenvoltura, e Timothy McGovern, que assumiu a importante tarefa de criar um ótimo livro. Ribuffo é uma figura imponente na minha vida como historiador. Nos últimos treze anos, Leo tem sido um professor influente, um crítico honesto do meu trabalho e um bom amigo. Ele até sugeriu os tópicos para meus dois livros. Junto com as dezenas de outros alunos de doutorado orientados por Leo — meus companheiros Ribuffoites — devo a esse historiador inteligente, irascível, hilário e adorável uma enorme dívida de gratidão. Além de Leo, vários dos meus amigos leram o manuscrito em parte ou na íntegra. David Sehat merece menção especial como meu leitor mais completo e desafiador. David tem sido incrivelmente generoso com seu tempo e inteligência para ajudar a tornar este livro melhor. Também sou grato a Raymond Haberski, que me impulsionou quando precisei e me ajudou a ver o quadro geral quando ele estava obscurecido. Duas outras pessoas leram o manuscrito na íntegra: Mike O'Connor, um dos leitores mais inteligentes e céticos do meu trabalho, e Julian Nemeth, que tem dons editoriais sobrenaturais. Devo agradecimentos também a Allison Perlman, Claire Potter e Daniel Geary, que leram e ofereceram críticas especializadas sobre capítulos relacionados à sua própria pesquisa. E por lerem minha proposta de livro em um estágio muito anterior, aprecio os conselhos sábios que recebi de George Cotkin, Timothy Lacy e David Steigerwald. Várias pessoas na minha instituição de origem, a Illinois State University, apoiaram maravilhosamente meus esforços para escrever este livro. Graças aos colegas da Faculdade de Artes e Ciências da ISU que avaliaram favoravelmente minhas propostas, recebi várias bolsas de pesquisa de verão, que me permitiram viajar para vários arquivos, e um semestre sabático, que me permitiu escrever uma grande parte do livro. Também devo agradecer ao reitor da Faculdade de Artes e Ciências Gregory Simpson e aos reitores associados Dagmar Budikova e Joseph Blaney, todos os quais foram generosos com seu apoio. De todos na ISU, sou mais grato ao meu chefe de departamento, Anthony Crubaugh, um

profissional consumado e bom amigo. E eu aprecio os colegas do departamento de história que leram e discutiram minha proposta de livro em um seminário de pesquisa da faculdade: Richard Hughes, Lou Perez, Stewart Winger e Amy Wood. Sou grato a Touré Reed por sua orientação na historiografia de raça e política social. Também agradeço a Alan Lessoff por me apresentar a Robert Devens na University of Chicago Press. E por último, mas não menos importante, agradeço a Issam Nassar por ser um grande colega e amigo. Este livro surgiu do cadinho do US Intellectual History Blog, onde sou um escritor regular desde 2007. As ideias que informam este livro tomaram forma nas muitas conversas que tive no USIH Blog com meus colegas de blog — Benjamin Alpers, Lauren Kientz Anderson, LD Burnett, Robert Greene II, Ray Haberski, Tim Lacy, Elisabeth Lasch-Quinn, Rivka Maizlish, Kurt Newman, Mike O'Connor, Andy Seal e David Sehat — e com nossa comunidade inteligente de leitores. Dessa forma, o USIH Blog atuou como um processo informal e contínuo de revisão por pares para o livro. Decorrentes de nossos esforços para construir uma comunidade acadêmica online com o blog, formamos uma sociedade acadêmica — a Society for US História Intelectual (S-USIH) — que sedia uma vibrante conferência anual. A sociedade e a conferência dotaram este e muitos outros livros com uma comunidade de leitores, e por isso eu gostaria de agradecer àqueles que ajudaram a fazer isso acontecer: Ben Alpers, Tim Lacy, Paul Murphy, Mike O'Connor, Allison Perlman, David Sehat, Lisa Szefer e Daniel Wickberg. Ninguém fez mais para administrar a S-USIH do que Ray Haberski. Todos nós devemos isso a Ray. Bibliotecários e arquivistas são os heróis anônimos de qualquer livro de história. Devo cantar os louvores da maravilhosa Vanette Schwartz, bibliotecária de história na Illinois State University, que tem sido incrivelmente útil. E estendo minha gratidão aos inúmeros bibliotecários e arquivistas das seguintes instituições: University of Illinois Archive Research Center, Urbana, Illinois; Manuscript Division, Library of Congress, Washington, DC; Hoover Institution, Palo Alto, Califórnia; Western History Collection, Denver Public Library; Special Collections Research Center, Gelman Library, George Washington University, Washington, DC; Ronald Reagan Presidential Library and Museum, Simi Valley, Califórnia; Manuscripts and Archives Division, New York Public Library; Kenneth Spencer Research Library, University of Kansas, Lawrence. Apresentei vários artigos de conferência sobre a pesquisa que conduzi para este livro. Sou grato aos historiadores que comentaram sobre eles: Beth Bailey, Martha Biondi, Casey Nelson Blake, Jonathan Holloway, Andrew Jewett, Bruce Kuklick, James Livingston, George H. Nash, Jennifer Ratner-Rosenhagen e Martin Woessner. Seus comentários afiados me deram o que pensar e tornaram este livro muito melhor. Em abril de 2011, fui convidado por David Courtwright para participar de um seminário na Arizona State University sobre o tópico “Moralidade, Política Pública e Política Partidária na História Americana Recente”. Apresentei um artigo sobre debates curriculares e recebi comentários de um grupo eclético de acadêmicos que incluía Donald Critchlow, nosso gentil anfitrião, bem como Carolyn Acker, Beth Bailey, Ian Dowbiggin, Michael Nelson, Phillip Vandermeer e Daniel Williams. Os artigos do seminário foram então transformados em uma edição especial do *Journal of Policy History*, cuidadosamente editado por Courtwright. Trechos retrabalhados do meu artigo — “A Trojan Horse for Social Engineering: The Curriculum Wars in Recent American History,” *Journal of Policy History* 25, no. 1 (2013): 114–36 — aparecem neste livro. Dei várias palestras convidadas sobre minha pesquisa sobre as guerras culturais. Sou grato às seguintes pessoas e instituições

pelos convites gentis e por me proporcionarem públicos inteligentes e curiosos: W. Fitzhugh Brundage e o Departamento de História da Universidade da Carolina do Norte—Chapel Hill, e Christopher Waldrep e o Departamento de História da Universidade Estadual de São Francisco, onde dei palestras de emprego em fevereiro de 2009, quando este projeto ainda estava em sua infância; o American History Teachers' Collaborative em Urbana, Illinois; Ray Haberski e seus colegas na Marian University, Indianápolis; Jennifer Ratner-Rosenhagen e o Harvey Goldberg Center na Universidade de Wisconsin—Madison; Jason Stahl e o Departamento de Liderança Organizacional, Política e Desenvolvimento da Universidade de Minnesota—Minneapolis; Keith Woodhouse, Huntington Institute on California and the West, e o Departamento de História da Universidade do Sul da Califórnia; Jason Stacy e o Illinois Council for the Social Studies, que me convidou para dar seu discurso principal em abril de 2013; Christian Olaf Christiansen e ECORA na Universidade de Aarhus, Dinamarca; Allison Perlman e o Humanities Collective, University of California—Irvine; Clodagh Harrington e o American Politics Group, sediado no Reino Unido, que me convidou para discursar em sua reunião de 2013 na embaixada dos EUA em Londres; Nick Witham e o Departamento de História da Canterbury Christ Church University, Reino Unido; Bevan Sewell e o Departamento de Estudos Americanos e Canadenses, Nottingham University, Reino Unido — e Richard King, que fez comentários inteligentes e generosos sobre minha palestra em Nottingham; Jack Thompson e o Clinton Institute for American Studies, University College—Dublin, Irlanda; Daniel Geary, Juergen Barkhoff e o Arts and Humanities Research Group, Trinity College, Dublin; Laurie Béreau e o Departamento de Estudos Ingleses e Americanos, Université de Strasbourg, França; e Stig Skov Mortensen e Pedagogical and Philosophical Studies, Aarhus University—Copenhagen, Dinamarca. Também devo agradecer às Comissões Fulbright do Reino Unido e da Irlanda por financiarem minha viagem da Dinamarca para a Inglaterra e Irlanda para dar várias palestras. Em relação à minha experiência Fulbright, sou muito grato a Marie Mønsted e às outras pessoas boas da Comissão Fulbright Dinamarquesa-Americana, além de todos os meus colegas do Centro de Estudos Americanos da Universidade do Sul da Dinamarca, que, ao ajudarem generosamente minha transição para viver e lecionar na Dinamarca durante o ano acadêmico de 2013–14, tornaram possível terminar de escrever este livro. Agradecimentos especiais a este respeito a Niels Bjerre-Poulson, Thomas Bjerre, Jørn Brondol, Charlotte Granly, Mette Kobbersmed Ringsmose, Marianne Kongerslev, Anne Mørk, David Nye e Anders Rasmussen. Tenho o prazer de agradecer a três participantes-chave nas guerras culturais que me ajudaram com este projeto. Primeiro, meu antigo professor e atual amigo Martin Sherwin, que me emprestou três grandes caixas de efêmeras que ele havia coletado durante seu envolvimento na controvérsia Enola Gay—Smithsonian. Segundo, Gary Nash, que me guiou pelos eventos da controvérsia National History Standards. E terceiro, o falecido Sheldon Hackney, com quem me correspondi em 2009 sobre sua presidência no National Endowment for the Humanities. Como sempre, sou grato por ter bons amigos que compartilham minha paixão por história e ideias. Em particular, agradeço aos meus companheiros de pós-graduação Christopher Hickman e Jason Roberts, que me encorajaram e periodicamente me enviaram fontes relacionadas às guerras culturais dos últimos sete anos. Também tenho a sorte de ser amigo de acadêmicos engenhosos como Lisa Szefel, que ampliou meu conhecimento da história gay e lésbica, e David Weinfeld, que informou minha compreensão

me fez entender a importância de líderes chicanos como Corky Gonzales. E meu velho professor e amigo Charles Angeletti me iniciou no caminho deste livro e carreira ao me viciar na leitura de Howard Zinn. Embora este seja meu segundo livro, ele não está muito distante da minha experiência como aluno de pós-graduação na George Washington University.

Três professores incríveis em particular despertaram minhas obsessões intelectuais e, portanto, implicitamente ajudaram a moldar este livro: Donald Collins, Melani McAlister e Andrew Zimmerman — obrigado a todos vocês. Tive o privilégio de ensinar muitos alunos intelectualmente curiosos, na Illinois State University e na University of Southern Denmark, sobre as guerras culturais. Eles, mais do que ninguém, me ensinaram como tornar questões complexas e aparentemente arcanas relacionáveis. Sou particularmente grato ao meu ex-aluno Corey Cox, que compilou uma bibliografia sobre as guerras culturais no ensino superior como parte de seu projeto de pesquisa de graduação. Passei centenas de horas escrevendo este livro em duas cafeterias. Ofereço minha gratidão aos proprietários e baristas do Coffeehound em Bloomington, Illinois, e do Nelle's em Odense, Dinamarca, por me manterem estimulado com um café delicioso e por fornecerem o ambiente perfeito para escrever.

Por fim, gostaria de agradecer à minha família. Sou eternamente grato aos meus pais Karen Hartman, que me ensinaram a escrever, e Tim Hartman, que me ensinou a aproveitar a vida. À minha irmã Sarah Hartman e ao meu irmão Matt Hartman, que continuam a me inspirar, cada um à sua maneira. À minha sogra Jane Wilhelm, que cuida de mim como se eu fosse seu próprio filho. Ao meu sogro Richard Wilhelm e sua esposa Shelly Porges, que amorosamente subsidiaram várias viagens de pesquisa. E, finalmente, a Erica, a quem nunca poderei agradecer o suficiente. Ao longo dos sete anos em que trabalhei neste livro — que provou ser o maior desafio da minha carreira acadêmica até agora — vi o nascimento dos meus dois meninos, Asa e Eli. Embora Erica seja uma parceira generosa e uma mãe maravilhosa, ter duas crianças pequenas em casa não acelerou muito o processo de escrita. Mas se Asa e Eli desaceleraram este livro, eles também tornaram a vida muito mais gratificante. Muitas das figuras deste livro lutaram nas guerras culturais em busca de significado. Asa e Eli deram mais significado à minha vida, e por isso dedico este livro a eles. Com amor.